IMPRESSO

SINTEPS jornal

INFORMATIVO DO SINTEPS - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL TÉCNICO,TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO CEETEPS.

Nº 49 - Março 2007

FILIADO À CUT E À FASUBRA

Contra o arrocho salarial! Contra o desvínculo!
Não aos ataques do governo tucano!
Em defesa da educação profissional e tecnológica!

VAMOS CONSTRUIR A GREVE DA CATEGORIA

Esta é a indicação da reunião da Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base do Sinteps, realizada em 12 de março, como mostram as matérias das páginas 2 e 3

Encontro promovido pelo Sinteps avaliou cenário dos primeiros meses da gestão Serra

O Encontro dos Trabalhadores das ETE's e FATEC' s – "*Novo cenário da educação profissional e tecnológica: Impactos e conseqüências*" – , realizado pelo Sindicato nos dias 1º e 2 de março, em São Paulo, agrupou trabalhadores e estudantes de várias unidades e gerou excelentes debates.
Nas páginas 4 a 7, confira o conteúdo dos debates, as conclusões apresentadas e a íntegra da Carta aprovada no Encontro.





E mais:

Serra, amante dos decretos, inimigo da educação – *Pág. 5*

Um debate decisivo: O que há por trás da reestruturação do Ceeteps? - *Págs. 8 a 11*

Hora de mobilização!!

Vamos construir a greve pelo atendimento das reivindicações da data-base 2007 e contra os ataques do governo Serra à educação profissional e tecnológica

Nossa data-base agora é 1º de março

Como produto da mobilização de vários setores do funcionalismo paulista, a Assembléia Legislativa aprovou uma antiga reivindicação: a definição de uma data-base para a categoria. A data-base, que passa a ser 1º de março, veio com a aprovação da Lei 12.391/05. A luta, agora, é para que haja negociações de fato com os sindicatos, entre eles, o Sinteps.

Esta foi a direção apontada pela Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base do Sinteps, reunidos em no dia 12 de março.

A reunião avaliou o Encontro dos Trabalhadores das ETE's e FATEC's, realizado pelo Sinteps nos dias 1º e 2 de março, como excelente subsídio para a compreensão sobre o cenário apresentado nos primeiros meses da gestão Serra (*confira a cobertura do encontro nas págs. 4 a 7*).



A histórica greve de 2004 é o farol para 2007: hora de ir à luta

Apesar da sentida ausência dos representantes do governo (Secretário do Desenvolvimento e Diretora Superintendente do Ceeteps), todos os palestrantes deixaram bem clara a necessidade da organização e da mobilização dos trabalhadores e estudantes em defesa da autonomia universitária, do fortalecimento do sistema estadual de educação pública e por maiores investimentos públicos para a educação do povo paulista, três bandeiras do movimento que foram negadas pelo governador José Serra ao editar os decretos 51.460, 51.461, 51.471, e pelo ex-governador Cláudio Lembo, ao vetar as conquistas obtidas na LDO 2007(Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício de 2007.

Mesmo que muitos afirmem que ainda é cedo para avaliar o governo, que tem pouco mais de dois meses de gestão, é importante ressaltar que somente lhe bastaram dois dias para editar os decretos aos quais nos referimos acima, esquartejando o sistema de educação pública paulista, colocando cada parte em uma secretaria diferente; retirando a autonomia das três universidades estaduais paulistas, obtida pela luta dos docentes, funcionários e estudantes em 1989; proibindo contratações, não atendendo o movimento sindical do funcionalismo público... Ou seja, cenas de filmes passados que já nos cansamos de assistir.

Não adianta tampar o sol com a peneira e achar que este governo será diferente dos anteriores. A inauguração de ETE's e FATEC's, sem orçamento, continua a todo vapor; a falta de funcionários e professores continua em todas as unidades; as contratações são apenas em caráter temporário; os salários continuam os piores da região Sudeste do Brasil, enquanto o nosso trabalho é um dos melhores do país.

Sem resposta

A nossa pauta de reivindicações foi protocolada junto à Superintendência do Centro no dia 1º de março, mês de data-base do funcionalismo paulista. O Sinteps solicitou que fosse agendada uma primeira reunião no dia 12/3, mas a Diretora Superintendente, professora Laura Laganá, sequer respondeu ao pedido. No dia 19 de março, durante a inauguração da ETE Parque da Juventude, em São Paulo, membros da Diretoria Executiva do Sindicato entregaram um ofício ao Secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, e ao governador José Serra, reivindicando a abertura de negociações.

Mobilização, já!

As ameaças que nos rondam são imensas e as promessas dos governantes, como carreiras, reconhecimento do nosso trabalho e melhores salários, nunca saem das gavetas empoeiradas do poder. Mais uma vez será necessário resistir e lutar!

SINTEPS *jornal*

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo. Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro - Cep 01124-060 - São Paulo - SP.
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385. E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah@travelnet.com.br) - Tiragem: 3.000 exemplares

Hora de mobilização!!

Precisamos de 65% de reajuste para repor as perdas

A nossa pauta de reivindicações deste ano apresenta três eixos centrais:

1) **Reajuste salarial de 65%** (percentual necessário para resgatar as perdas acumuladas pela não aplicação dos índices do Conselho de Reitores das universidades estaduais/Cruesp desde 1996 e iniciar um processo de recuperação salarial).

2) **Enquadramento** dos servidores técnico-administrativos (desde 1994, não há evolução funcional na carreira em vigor, vigente na Unesp).

3) **Manutenção do emprego** (ameaçado pela reestruturação do Centro, como mostram matérias nas páginas 8 a 11).

Para entender o índice e os porquês de estarmos com os piores salários da área da região Sudeste, é preciso resgatar algumas questões. Desde 1989, a política salarial instituída para os trabalhadores do Centro previa a concessão dos mesmos índices dados aos salários do pessoal das universidades estaduais paulistas. Essa regra está prevista legalmente, através de resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 31.833/81, que passou à Universidade o *status* de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/60. Na prática, esse conjunto de leis determina que os trabalhadores do Centro recebam todas as correções salariais negociadas pelos reitores da Unesp, USP e Unicamp.

A partir de 1996, com o início da era tucana, a lei passou a ser ignorada pelo governador Mário Covas, prática repetida por seus sucessores. Com isso, as perdas foram batendo na estratosfera e, atualmente, precisamos de 65% para nos igualar aos percentuais pagos pelo Cruesp e iniciar a recuperação salarial da categoria. E esse número só não é maior (já chegou a 72%) devido à sistemática mobilização da categoria, com destaque para a histórica greve de 2004.



Dia 30/3 tem ato do funcionalismo

Para fortalecer a luta dos trabalhadores do Centro Paula Souza, o Sinteps vem participando de todas as atividades organizadas pelo conjunto de entidades ligadas às categorias do funcionalismo público estadual, ao mesmo tempo em que está sempre presente nos debates e mobilizações das universidades estaduais, no âmbito do Fórum das Seis.

Para o dia 30 de março, está sendo convocado um ato de todos os trabalhadores do serviço público estadual e estudantes das escolas públicas de todos os níveis. A concentração terá início às 13 horas, no vão do MASP, em São Paulo, com passeata até a Secretaria de Gestão Estadual. Participe! É hora de agir! Todos à passeata! Reajuste, já!

Universidades também apontam caminho da greve

O Fórum das Seis – que agrupa os sindicatos de servidores e docentes da Unesp, USP e Unicamp, bem como o nosso Sinteps – também está indicando a construção da greve. A data-base das universidades é maio e as assembléias nas várias unidades estão discutindo a pauta.

Neste ano, a data-base nas universidades chega acompanhada de uma bateria de ataques do governo Serra, que comprometem a autonomia e o funcionamento das universidades (*veja matérias nas páginas 4 a 7*). Por isso, a greve proposta pelo Fórum das Seis agrupa três questões importantes: Por reajuste salarial, contra os decretos de Serra e defesa da educação pública de qualidade.

Embora participe de todas as reuniões do Fórum, bem como das negociações com o Conselho de Reitores (Cruesp), o Sinteps encaminha a pauta de reivindicações dos trabalhadores do Centro em separado. Nossa data-base, como mostra matéria nesta página, agora é 1º de março e as negociações passam a ser feitas diretamente com a Secretaria de Desenvolvimento.

Como a nossa categoria não vem recebendo os reajustes pagos nas universidades – apesar de o vínculo com a Unesp prever essa isonomia –, nossas perdas salariais são bem maiores. Apenas para repor o que deixamos de receber desde 1996, em relação ao que vem sendo pago nas universidades, precisamos de 65% de reajuste.

Na próxima edição do ***Sinteps Jornal***, veja como ficou a pauta de reivindicações dos trabalhadores da USP, Unesp e Unicamp.

Organização

Encontro dos Trabalhalhadores do Ceeteps discutiu ataques de Serra e reação da comunidade

Debates tiveram casa cheia e terminaram com o lançamento da campanha salarial 2007

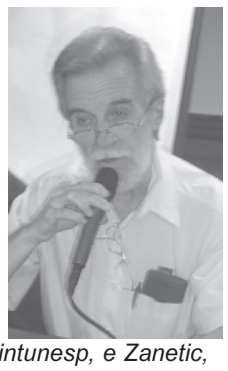
Estabelecer os impactos e as conseqüências da nova organização da educação profissional e tecnológica e do conjunto do sistema educacional paulista no governo José Serra.

Este foi o objetivo central do Encontro dos Trabalhadores das ETE's e FATEC's do Ceeteps, promovido pelo Sinteps em SP, nos dias 1º e 2/3.

O auditório ficou repleto de trabalhadores e estudantes do Centro, oriundos de diversas unidades. "O evento insere-se no contexto da campanha salarial dos trabalhadores do Centro e realiza-se no momento em que a instituição propõe a reestruturação da estrutura organizacional do Ceeteps, a redefinição da sua personalidade jurídica, pressupondo o rompimento do vínculo e associação à Unesp, bem como novas carreiras para os servidores técnico-administrativos e docentes das ETE's e FATEC's", disse na abertura a presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves.

Os debates versaram sobre "O papel do Ceeteps na Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo", "O vínculo e associação do Ceeteps à Unesp", "O financiamento da educação profissional e tecnológica paulista", "As Universidades Estaduais Paulistas e a Secretaria de Ensino Superior", "A nova organização da Rede Estadual de Educação Básica do Estado de São Paulo" e "A visão dos estudantes frente às Reformas Educacionais Paulistas".





Oliveira (esq.), do Sintunesp, e Zanetic, da Adusp/Fórum das Seis: apoio ao vínculo e repúdio a Serra

O ex-deputado estadual Renato Simões (PT), lembrou que estamos caminhando para 16 anos de governo tucano. "O projeto do PSDB para a educação em São Paulo tem organicidade e norteou as iniciativas do governo FHC em âmbito federal. Estamos vivendo um questionamento do Ceeteps desde o início."

Para Simões, o governo tucano direciona sua filosofia integralmente aos desejos do mercado. "Como esse mercado é altamente concentrador de riquezas, ele não precisa de mão-de-obra qualificada", prosseguiu. O ex-deputado acredita que, neste momento, o PSDB considera esgotado o modelo de expansão de vagas via universidades estaduais, por considerá-lo caro. "Serra vai aprofundar as iniciativas de seu antecessor, ampliando a expansão via FATEC's, por considerar que esta modalidade de ensino não exige muito investimento, pois descarta a pesquisa e a extensão".





A presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves, fala na abertura do Encontro. À sua direita, o ex-deputado Renato Simões; à esquerda, o advogado Marco Antônio Innocenti

Aspectos jurídicos

O advogado Marco Antônio Innocenti, da assessoria jurídica do Sinteps, fez uma breve análise jurídica a respeito dos decretos baixados pelo governador Serra logo nos primeiros dias de mandato. Ele considera que o movimento sindical não deve concentrar a reação, neste momento, na via jurídica, pois os decretos abrem poucas brechas neste sentido. "Além disso, o Poder Judiciário paulista, a exemplo do Legislativo, também é submisso ao Executivo. O Estado ganha tudo o que quer", ponderou.

Estudantes presentes

A expressiva presença de estudantes no Encontro foi uma grata surpresa para o Sindicato. Representantes de vários grêmios e do CA da FATEC, além de outras entidades, como o DCE da Unicamp, fizeram uso da palavra. "Vamos estar juntos nas lutas para defender a manutenção e o aprofundamento do vínculo do Ceeteps à Unesp", disse América Riveros, do CA da FATEC/SP. Lembrando que o decreto que proíbe contratações tende a agravar ainda mais a falta de professores, Gabriel Carreira, do Grêmio da ETE Bento Quirino, de Campinas, conclamou à união entre estudantes, funcionários e professores.

Unidade

A unidade e o apoio das entidades sindicais das universidades ficaram expressos nas falas de João Carlos Camargo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp), e João Zanetic, diretor da Associação dos Docentes da USP (Adusp) e atual coordenador do Fórum das Seis.

Formado na ETE Rubens de Faria, de Sorocaba, Oliveira lamentou os ataques do governo ao Centro Paula Souza. "Somos totalmente contrários à quebra do vínculo e achamos que ele deve ser aprofundado em todos os aspectos, pois a educação pública paulista só tem a ganhar com isso", sentenciou.

Zanetic destrinchou os decretos do governador e deteve-se na análise da autonomia das universidades, agora ameaçada por Serra. "Os decretos impõem um controle direto do Executivo sobre o Conselho de Reitores, o Cruesp, na medida em que insere três secretários de Estado em sua composição", lembrou. O professor da USP também ponderou que a atual autonomia administrativa e acadêmica, fruto das lutas da comunidade no final dos anos 80, precisa ser ampliada e não esquartejada. "Embora insuficiente, esta autonomia é, em grande medida, responsável pelo fato de as universidades estaduais paulistas responderem por 50% da produção científica nacional", concluiu.

O professor Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, diretor do CEFET do Rio de Janeiro e outro dos palestrantes do Encontro, concordou com Zanetic. "Um povo que não domina a pesquisa e a ciência sempre será dominado por aqueles que detêm o conhecimento", enfatizou.

O presidente da Apeoesp, Carlos Ramiro de Castro, também compareceu ao Encontro e abordou o tema da fragmentação do ensino paulista. "Com os decretos, Serra joga as universidades numa secretaria, o Centro em outra e a educação fundamental e média numa terceira. Isso indica a clara intenção de fracionar a educação e as lutas de professores, funcionários e estudantes", disse.

Os decretos

Fragmentação da educação e isolamento do Ceeteps

Mais uma vez, a mira tucana aponta para o desvínculo do Centro à Unesp. Universidades perdem relativa autonomia conquistada pela comunidade

As análises feitas durante o Encontro de Trabalhadores do Centro permitiram uma compreensão mais aprofundada dos ataques do governo Serra à educação.

Nem bem tomou posse, o novo governador fez o que parecia improvável: conseguiu ir além do antecessor Geraldo Alckmin nos ataques à educação pública paulista. Logo nos primeiros dias de governo, Serra baixou uma série de decretos, sendo o primeiro deles, nº 51.460, em 1º de janeiro, para criar novas secretarias e reestruturar algumas já existentes.

Foi criada a Secretaria de Ensino Superior e, para ela, transferido o controle das universidades estaduais paulistas e das faculdades públicas isoladas, até então ligadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia.





Os estudantes Gabriel e América: chamado à luta conjunta durante o Encontro

A Secretaria de Ciência e Tecnologia agora se chama Secretaria de Desenvolvimento e a ela passa a estar ligado o Centro Paula Souza, com suas ETE's e FATEC's. O ensino fundamental e médio permanece sob a tutela da Secretaria da Educação.

Essa distribuição dos níveis de ensino em três secretarias já demonstra a clara intenção de fragmentar ainda mais a educação pública, dividindo seus trabalhadores.

No caso das universidades, que gozam de autonomia acadêmico/administrativa desde 1989, o decreto afirma claramente que passam para a Secretaria de Ensino Superior "os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo, relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis". Qualquer remanejamento de verbas, até então decidido internamente em cada instituição, passa a depender da autorização direta do governo.

Ineditismo

Pela primeira vez na história do Estado, o Ceeteps passa a estar ligado a uma secretaria que não é responsável por qualquer outra instituição de ensino. Como foi dito acima, as três universidades foram alocadas junto à Secretaria de Ensino Superior e, como o Centro é associado e vinculado à Unesp por força de lei (952/76), o mais natural é que estas instituições permanecessem numa mesma secretaria.

Para a Diretoria Executiva do Sinteps, esta nova organização das secretarias significa a intenção do governo José Serra em romper o vínculo e associação do Centro à Unesp, descaracterizando como superior o ensino oferecido pelas FATEC's e transformando-o em pós-técnico, retirando das ETE's a oferta do ensino médio. Por fim, descaracterizando o Ceeteps como instituição de ensino num sentido mais amplo. Tudo isso é necessário para a pretendida troca da personalidade jurídica do Centro (*leia mais nas páginas 8 a 11*), que passaria de autarquia de regime especial (como são as autarquias educacionais) para uma futura organização como fundação pública, instituída pelo Estado, porém, gerida pela iniciativa privada, através de Organizações Sociais (OS) ou organismos semelhantes.

A opinião da direção do Sinteps baseia-se não só na nova estruturação das secretarias, mas também nas declarações do governador quanto a dobrar o número de FATEC's e aumentar muito o número de ETE's, privilegiando as parcerias e não somente o orçamento do Estado. Além disso, os documentos produzidos pela Superintendência do Ceeteps e pela extinta Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado, indicam as parcerias público-privadas, a venda de bens e serviços, o fechamento das salas de ensino médio nas ETEs, a modularização do ensino nas ETE's e FATEC's, com certificações intermediárias etc.

Contratações proibidas. Mais terceirização à vista

O Decreto 51.471/07, de 2/1/2007, veda "a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial..." por tempo indeterminado. O decreto determina que os pedidos de concurso sejam encaminhados aos respectivos secretários de Estado para reavaliação. A medida tende a fortalecer uma política nefasta para o serviço público, que já vem acontecendo em escala menor nas universidades: a terceirização.



Uma das mesas de debates do Encontro: Da esq. p/ a dir., os diretores do Sinteps Sílvia Elena de Lima, João Aílton e Neusa Santana Alves. Ao microfone, Carlos Ramires, da Apeoesp



Organização

Carta do Encontro retrata debates e aponta caminhos

Ao final do Encontro dos Trabalhadores do Ceeteps, foi aprovada uma carta, que sintetiza as discussões realizadas e aponta o caminho da luta. Acompanhe abaixo:

Representante do Dieese mostrou o tamanho das perdas

Uma das palestras do Encontro foi ministrada por Eliana Elias, representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). A pedido do Sinteps, que é filiado ao Dieese, ela comentou que está concluindo um estudo sobre a realidade econômica do Centro e de seus trabalhadores.

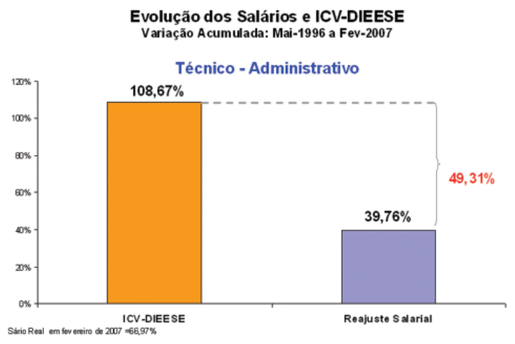


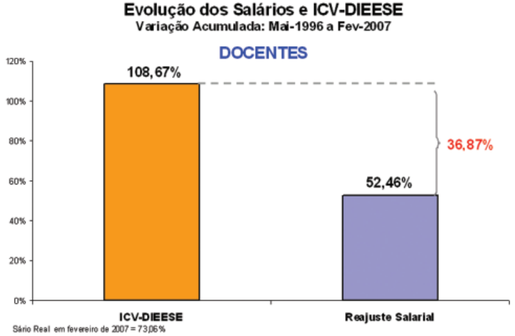
Eliana Dias, do Dieese

Eliana lembrou que, nas campanhas salariais da década de 80, havia um cenário de hiperinflação, o que gerava reivindicações altas. Hoje, com a inflação controlada, as perdas reais são mais sentidas. "O fato de vocês estarem reivindicando 65% de reajuste nesta data-base é a prova do tamanho do arrocho imposto pelos governos tucanos aos trabalhadores do Centro", frisou.

A economista do Dieese relatou que, ao analisar o orçamento aprovado pela Assembléia Legislativa para o Ceeteps em 2007, notou que há um crescimento de apenas 4% em relação ao ano anterior. "Isso significa meramente o crescimento vegetativo da folha de pagamento", criticou. Ela também constatou que o Centro destinou, no ano passado, somente 62% de seus recursos para o pagamento de pessoal, o que está bem abaixo da média da área da educação paulista, em torno de 75%.

Os estudos apresentados pela economista durante o Encontro estão disponíveis no site do Sindicato (www.sinteps.org.br).





Os dois quadros mostram o tamanho das perdas acumuladas por servidores e docentes do Centro de maio/96 a fevereiro/07. A reivindicação de 65% para todos, apresentada pelo Sinteps na data-base deste ano, contempa estas perdas + um percentual para iniciar a recuperação salarial da categoria (leia mais na página 3)

EM DEFESA DO CENTRO PAULA SOUZA E DO ENSINO PÚBLICO PAULISTA

Os trabalhadores e os estudantes não fogem à luta. O governo Serra, inimigo da educação e serviçal do mercado, terá sua resposta

O que parecia improvável, está acontecendo. O recém-empossado José Serra, logo nos primeiros dias de governo, conseguiu desfechar um conjunto de ataques à educação pública que deixariam seu antecessor, tão tucano quanto ele, surpreso.

Ainda que as medidas anunciadas pelo novo governador enquadrem-se no projeto que o PSDB vem impondo à educação paulista nos últimos 12 anos, sob a batuta de Covas e Alckmin, elas chamam a atenção pela agressividade e emergência com que foram baixadas. A receita adotada pelos governos Covas/Alckmin (tentativa de romper o vínculo com a Unesp, fim do ensino integrado nas ETE´s, asfixia de verbas, arrocho salarial etc) ganha, agora, novos e perversos ingredientes.

Na realidade, os ataques do novo governo começaram antes da posse, no final de dezembro, quando o pefelista Cláudio Lembo, a pedido do sucessor, vetou o aumento de recursos para a educação pública paulista (aí incluída a dotação de 1% do ICMS para o Ceeteps) que havia sido aprovado pela Assembléia Legislativa de SP.

Em seu primeiro dia de mandato, Serra baixou uma série de decretos que ferem diretamente as universidades estaduais e o Ceeteps. Um dos decretos aloca as universidades na Secretaria de Ensino Superior e isola o Centro na Secretaria de Desenvolvimento, o que já mostra a intenção de fragmentar ainda mais a educação pública, na contramão da histórica necessidade de criar e fortalecer um sistema integrado de educação pública para São Paulo. A medida representa, ainda, uma afronta direta à autonomia das universidades, pois o Centro é vinculado e associado à Unesp por força de lei. A universidade, no entanto, sequer foi consultada. Em outros decretos, o governo proíbe a contratação de novos servidores por tempo indeterminado, o que aponta o caminho da terceirização, uma mal disfarçada privatização por dentro.

O ataque às universidades

As medidas anunciadas representam uma ameaça real à autonomia das universidades - duramente conquistada pela luta de estudantes, docentes e funcionários – e que é responsável por alçar estas instituições à linha de frente do ensino e da pesquisa nacionais. Além do contingenciamento de verbas, há restrições orçamentárias e administrativas, esvaziamento do poder do conselho de reitores etc.



O ataque ao Centro

Para o Centro Paula Souza, Serra e seus decretos prenunciam uma etapa sombria. A nova organização de secretarias de Estado pode ser entendida como uma intenção do governo em romper o vínculo com a Unesp, descaracterizar como superior o ensino oferecido nas FATEC´s, transformando-o em pós-técnico, retirando das ETE´s a oferta de ensino médio. Isso descaracterizaria o Ceeteps como instituição de ensino num sentido mais amplo e propiciaria a troca da personalidade jurídica do Centro de autarquia de regime especial (como são as autarquias educacionais) para sua futura organização como fundação pública (instituída pelo Estado, mas gerida pela iniciativa privada, através de Organizações Sociais ou organismos semelhantes).

A quebra do vínculo é uma questão central para os governos tucanos. Covas e Alckmin somente não lograram êxito devido à reação da comunidade acadêmica. Para Serra, extinguir o vínculo é o primeiro e necessário passo para desencadear um processo de desmonte do Centro. O que viria a seguir - venda de escolas, fim do que restou do ensino médio, ampliação de FATEC´s com um modelo de ensino cada vez mais aligeirado e de baixa qualidade – parece ainda ser motivo de debates no seio tucano.

Expansão via Ceeteps

Ao que tudo indica, a era Serra pretende estancar a expansão de vagas via USP, Unesp e Unicamp, por considerar caro o modelo de ensino praticado naquelas instituições. A expansão de vagas viria, agora, majoritariamente através da abertura compulsiva de ETE´s e FATEC´s - obviamente, sem a contrapartida necessária de recursos -, oferecendo uma modalidade de ensino superior de baixa qualidade e barato, uma vez que prescinde da pesquisa e da extensão que caracterizam as universidades.

A expansão realizada no Centro até o momento, sob a batuta de Alckmin, foi fraudulenta e eleitoreira. De 100 unidades em 2002, o Ceeteps passou para 167, neste início de 2007. Isso não significa, no entanto, um avanço para a sociedade paulista. A maior parte das novas unidades funciona precariamente, sem recursos humanos e materiais adequados. Para 2008, a perspectiva de Serra é chegar a 200 unidades, naturalmente sem prever recursos orçamentários, mas sim apostando em "parcerias" e transferência de gestão para o setor privado, inclusive abrindo a possibilidade de cobrança dos serviços hoje oferecidos gratuitamente.

Os mesmos princípios

A ofensiva contra a educação pública não é um privilégio de São Paulo. Os ataques tucanos são, na realidade, uma versão paulista para a reforma universitária que vem sendo impulsionada pelo governo Lula em âmbito federal (favorecimento do capital privado através do ProUni, parcerias público-privadas para gerar mais ganhos ao capital privado, arrocho salarial sobre docentes e funcionários etc).

Em ambos os casos - estadual e nacional – as receitas seguem os ditames dos organismos internacionais do grande capital, como o Bird, que procuram reformar a educação nos países pobres para fazer dela um novo celeiro de lucros para as empresas educacionais, bem como impedir o surgimento de conhecimento e tecnologia que proporcionem soberania e desenvolvimento autônomo do país etc.

Nossa resposta será a luta

Os trabalhadores e estudantes do Centro Paula Souza não fogem à luta. Assim como barramos inúmeros ataques nos últimos anos, como é o caso das tentativas de desvinculo, projetos de cobrança de mensalidade nas escolas públicas etc, saberemos barrar mais estes ataques de Serra e cia.

Para os trabalhadores do Centro, a luta contra o desvínculo e o desmonte do Centro, bem como pela conquista de recursos, vem acompanhada, neste momento, pelo início da campanha salarial 2007. A partir deste ano, como produto de sua luta, o funcionalismo paulista conquistou o direito de ter uma data-base, em março. Por isso, nossa batalha por melhores salários e condições de trabalho dignas também já começou.

Nossa história é rica em resistência, greves, manifestações e outros mecanismos de luta. Assim se deu nos últimos anos, assim será de agora em diante.

- *Reposição das perdas salariais!*
- *Mais verbas para a educação pública!*
- *Destinação de 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza!*
- *Manutenção e aprofundamento do vínculo com a Unesp!*
- *Contra o desmonte do Centro!*
- *Revogação dos decretos de Serra contra a educação pública!*
- *Ampliação de vagas e unidades com qualidade e garantia de recursos!*
- *Em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade!*

Reestruturação, rompimento do vínculo e associação com a Unesp, mudança da personalidade jurídica do Ceeteps, privatização, desemprego...

Como todas estas afirmações se entrelaçam e traçam os destinos dos trabalhadores das ETE's e FATEC's

A Superintendência do Ceeteps vem discutindo com seus assessores a proposta de reestruturação do Centro. Até aí, nada de mais, pois muitas coisas precisam ser mudadas, principalmente a montanha de cargos em comissão de gente sem concurso na administração central, enquanto as unidades morrem às minguas sem funcionários. Também as novas unidades, inauguradas a granel, precisam de um *staff* administrativo para funcionar corretamente. Porém, além de não se saber se a proposta contemplará estas questões vitais – e qual será seu conteúdo –, a comunidade acadêmica se vê privada do debate, que vem tramitando às escondidas.

Desde o final do ano passado, o Sinteps está tentando conseguir, através de pedidos oficiais à Superintendência e ao Conselho Deliberativo do Ceeteps, o teor da minuta de decreto que propõe a reestruturação do Centro. Até o fechamento desta edição, em 20/3, nada havia sido fornecido. Assim, pelo mistério envolvendo a divulgação do documento, podemos imaginar que coisa boa não vem por aí.

Um pouco de história e legislação

É importante que resgatemos um pouco da história das tentativas anteriores de reestruturação do Ceeteps, para uma correta interpretação da magnitude da atual proposta.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" é uma autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp, nos termos da Lei Estadual 952/76 (lei de criação da Unesp).

A transformação do Ceeteps de autarquia comum (como era desde a sua criação, em 1969, até a edição da Lei 952 em 1976) para autarquia de regime especial teve por objetivo dar ao Centro alguns traços diferenciados.

A procuradora do Estado de São Paulo Anna Cândida da Cunha Ferraz, em sua publicação intitulada "O Regime Especial das Autarquias Educacionais", explica o seguinte:



Nas três fotos desta página, momentos da luta contra o desvínculo, em 1997: comunidade vitoriosa





"É, pois, especial o regime das ***autarquias educacionais,*** *porque estão estas autarquias submetidas a normas de organização, administração, controle ou tutela administrativa, regime de pessoal, matéria recursal etc, próprios,* ***comuns entre as autarquias do gênero, diferentes das autarquias de outros tipos****"* (grifos nossos)

No Estado de São Paulo, são autarquias de regime especial as três universidades estaduais paulistas e o Ceeteps. Mas, desde 1995, os governos estaduais e as administrações do Centro tentam tirá-lo deste cenário jurídico, desvinculando-o da Unesp para transformá-lo em autarquia comum ou numa fundação.

Como todos se lembram, em 1995 o recém-empossado governo Covas tentou reestruturar o Ceeteps. Criou um grupo de trabalho, apelidado "carinhosamente" de Grupo de Trabalho Interventor" (GTI) pela comunidade. A atual Superintendente, professora Laura Laganá, era membro indicado pelo PSDB para a composição do GTI. Naquela época, a reestruturação previa: rever o papel dos cursos técnicos, enxugar os currículos, rever tratamento trabalhista, fechar escolas, fechar cursos etc.etc..

O choque foi tamanho que a comunidade (professores, funcionários e alunos) foi à rua e derrubou o grupo interventor.

Até mesmo a assessoria jurídica do Ceeteps, que ainda não estava sob intervenção, emitiu um parecer (27/95), dizendo, entre outras coisas: *"Não detém esta Pasta competência para a finalidade proposta, pois que, além de interferir indevidamente nas atribuições do Ceeteps, violando cristalinamente sua autonomia, afronta também* a autonomia da Unesp, aliás, registre-se, consagrada constitucionalmente."

Logo após a edição deste parecer, o governo destituiu o Diretor Superintendente eleito pela comunidade e deu início ao processo de intervenção, nomeando Marcos Antônio Monteiro para o cargo. Este, ainda quando era Chefe de Gabinete do Ceeteps, havia pedido

A reestruturação do Ceeteps em debate

Regime de contratação - *"O regime jurídico da fundação estatal é o previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, mais próprio dos entes públicos que atuam em regime de concorrência com a livre iniciativa..."*

Estabilidade no emprego - *"Os empregados da fundação pública, ainda que admitidos por concurso público, não se beneficiam da estabilidade assegurada no artigo 41 da CF, pois se equiparam aos da iniciativa privada". Vale ressaltar que a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal dirige-se, exclusivamente, aos detentores de cargo público. Conforme recente entendimento do Tribunal Superior do Trabalho: "A vontade do constituinte brasileiro circunscreveu-se aos detentores de cargo público e cargo efetivo. Note-se que não houve qualquer alusão ao emprego público, como fora feito, quando da exigência do concurso público para o provimento de cargo e empregos públicos."*

Contrato de gestão - *"O contrato de gestão que a fundação estatal celebra com o órgão ou a entidade do Poder Público incumbido da sua supervisão tem por objetivo a contratação de serviços e a fixação de metas de desempenho para a entidade."*

Administração - *"O Conselho Curador é órgão colegiado, com representação majoritária do governo...". O mandato dos representantes do governo é vitalício.*

Resumindo: Assim, **funcionário**, caso o Ceeteps se transforme numa fundação, você terá que prestar concurso para ingressar nos quadros desta fundação, será contratado pela CLT, não terá assegurada a estabilidade no emprego público e, como a folha de pessoal é de responsabilidade da fundação, quanto menos servidores houver, maior será o lucro. Os **professores**, que já são regidos pela CLT, ficarão submetidos aos contratos de gestão que a fundação fizer, ou seja, serão contratados por módulos de serviços, sem direito a férias, 13º e garantia da continuidade do vínculo empregatício. Os **alunos** serão os responsáveis por fornecer as receitas da fundação, pagando pelos serviços por ela oferecidos. Enquanto isso, a **cúpula diretiva** (os representantes do governo) terá seus mandatos garantidos pela vida toda!

A manutenção do emprego e dos serviços públicos

Por isso, a manutenção do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp tem que ser defendida por toda a comunidade: professores, funcionários e alunos, pois todos nós temos a perder. Perde a escola pública, perde a sociedade, perdem os trabalhadores das ETE's e FATEC's. Só não perdem os que rodeiam o poder.

É só "achismo"?

Fique atento às informações que lhe derem. Os textos deste jornal são embasados na legislação em vigor no país e nas publicações do governo do Estado de São Paulo. Não se trata de "achômetro".

Pode ser que nada disso esteja previsto na minuta de decreto de reestruturação do Ceeteps, mas, como não conseguiu ter acesso a este documento tão importante para os trabalhadores e estudantes do Centro, o Sindicato tem o direito de abstrair, juntando pedaços dos documentos que conhecemos e da história que vivenciamos.



Em 2000, o Centro foi palco de uma forte greve contra o desvínculo, que mobilizou trabalhadores e estudantes





Mistério e desrespeito com a comunidade

Tentando dar um ar democrático à sua administração, a Superintendência publicou a Portaria Ceeteps 6, de 04/01/2007, no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A Comissão formada pela portaria deveria, segundo o inciso IV do artigo 1º, dar informações e esclarecimentos às entidades sindicais sobre *"... minuta de decreto que altera a estrutura básica do Centro e as minutas de deliberação que detalham a estrutura básica e definem as atribuições das unidades e as competências das autoridades fixadas, este últimos que consubstanciam o Projeto de Reestruturação da Administração Central do Ceeteps"*

O Sindicato, que tem todo interesse em conhecer o projeto e discuti-lo com a comunidade, protocolou no dia 1º/02 o ofício Sinteps nº 004/07, solicitando todos os documentos acima descritos ao professor César Silva, Vice-Diretor Superintendente do Ceeteps e presidente da tal comissão.

No entanto, o Sinteps recebeu apenas parte, ou seja, as propostas de carreira docente e do pessoal técnico administrativo, documentos que a Superintendência já havia fornecido formalmente, logo após o Encontro de Diretores realizado em dezembro de 2006.

A justificativa apresentada verbalmente pela secretária da comissão instituída pela Portaria Ceeteps 06 foi que "a minuta de decreto da reestruturação do Centro estava no Conselho Deliberativo do Ceeteps e, como o assunto tinha sido retirado da pauta da reunião do CD do mês de fevereiro, não seria possível entregá-la ao Sindicato".

O Sinteps não aceita esta justificativa, até porque, depois que a minuta de decreto for apreciada e votada no CD... "Inês será morta", pois não haverá mais espaço para discussão com a comunidade. Como se sabe, o CD é o órgão máximo e última instância de deliberação do Centro Paula Souza.

Na reunião do CD em 1º de março, o Sindicato registrou seu posicionamento sobre o mistério envolvendo a minuta de decreto de reestruturação do Ceeteps e solicitou novamente o material para apreciação. O presidente do CD questionou os demais membros se haveria alguma restrição por parte deles em entregar os documentos e todos concordaram em fornecê-los. O professor César Silva estava presente à reunião e comprometeu-se, na frente de todos, a mandar ao Sinteps os documentos solicitados no dia seguinte, 2/3/2007.

No fechamento desta edição do ***Sinteps Jornal***, no dia 20/03/07, isso ainda não havia ocorrido, numa clara afronta do Vice-Diretor Superintendente do Ceeteps ao deliberado pelo CD e num ato de desrespeito às publicações oficiais da instituição que ele administra (*sic*), sem contar, é claro, com o descaso com que vem tratando o Sindicato e o assunto, que é essencial para quem efetiva

A reestruturação do Ceeteps em debate



Em 2004, a greve unificou a luta pelo reajuste e contra a tentativa de desmonte do Centro

mente trabalha no Ceeteps.

Diante de tanto mistério e manobras, é mais do que pertinente o Sindicato imaginar que o teor do documento será hostil aos interesses da educação profissional e tecnológica e do Ceeteps. Em claro e bom português: Tem algo de podre no ar!

O direito de resposta

Na reunião do CD em 1º de março, a Diretora Superintendente do Ceeteps, professora Laura Laganá, registrou seu descontentamento com uma afirmação constante no **Sinteps Jornal** de dezembro/2006, de que "as carreiras não são mais prioridade da Superintendência, mas sim o rompimento do vínculo com a Unesp e a reestruturação do Ceeteps". A professora Laura afirma que, em momento algum, fez este tipo de afirmação e que isso era um entendimento equivocado da presidente do Sindicato, Neusa Santana Alves, representante da entidade na reunião do CD do Ceeteps no mês de janeiro, em que a "suposta" declaração teria sido proferida.

O ***Sinteps Jornal*** é um órgão de imprensa livre e democrático, de forma que registra o posicionamento da professora Laura de que, "em momento algum, deixou de dar prioridade às carreiras do pessoal docente e não docente do Ceeteps". Tal posicionamento foi reafirmado pelo professor João Ciro André, na ocasião presidente do CD do Ceeteps, dizendo que, na verdade, ele e a professora Laura tiveram debates homéricos justamente porque a prioridade ao rompimento do vínculo era um posicionamento dele, enquanto "ela sempre defendeu como prioridade as carreiras".

Os fatos

O fato concreto é que as carreiras continuam engavetadas. No dia 10 de abril, o governador completa os emblemáticos 100 dias de governo, nos quais as metas prioritárias são implementadas. Vamos esperar e conferir se as carreiras dos professores e funcionários do Ceeteps serão parte destas prioridades.

Os serviçais em ação

Serra ordena e deputados estaduais aprovam orçamento sem emendas da educação



Votação do relatório da LO, na Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 22/2: maioria governista

No dia 28 de fevereiro, após meses e meses de atraso, a Assembléia Legislativa (Alesp) aprovou em plenário a Lei Orçamentária (LO) para 2007. Por 55 votos contrários e 25 a favor (22 do PT, 2 do PCdoB e 1 do PFL), foram rejeitadas as emendas que previam aumento de recursos para a educação pública paulista.

Para quem não se recorda, no ano passado, fruto da mobilização e da luta da comunidade acadêmica, a Alesp aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2007) um aumento de 30 para 31% da receita bruta do Estado para o conjunto da educação, 10,43% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Centro Paula Souza. No dia 29/12, porém, a mando do já eleito José Serra, o governador Cláudio Lembo vetou as medidas.

Absolutamente submissa ao novo governo, a Alesp sequer se deu ao trabalho de colocar em votação o veto de Lembo, como prevê a legislação, antes de aprovar a LO.

A dança das inaugurações

Embora rejeite a vinculação de verbas para o Centro Paula Souza, o governo tucano não tem o menor pudor de seguir em frente com sua política de "inaugurações". A intenção declarada de Serra é prosseguir na política fraudulenta do ex-governador Alckmin, que ampliou o Centro de 100 (em 2002) para 167 unidades em 2007. Até o final de 2008, Serra promete chegar em 200. Recursos? O governador nem toca no assunto.

Em 2007, a luta por mais verbas continua!

Em 2007, vamos continuar lutando pelo aumento de recursos para o conjunto da educação pública (a reivindicação é de 33% das receitas brutas do Estado), para as universidades estaduais (11,6% do ICMS) e o Centro Paula Souza (2,1% do ICMS).

Governador quer urgência na aprovação da previdência

O governador José Serra já "avisou" os deputados da nova legislatura de que uma de suas prioridades é a aprovação do Projeto de Lei Complementar 30/2005), que cria a São Paulo Previdência (SPPREV), entidade que passaria a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM). O PLC foi enviado à Assembléia Legislativa em setembro 2005, pelo ex-governador Geraldo Alckmin.

Esbarrando na reação do funcionalismo, os tucanos deixaram o projeto na geladeira mas, agora, voltam à carga. Não é a primeira vez que o governo tucano tenta reformar a previdência do funcionalismo público estadual. A primeira investida ocorreu em 1996, tendo à frente o então governador Mário Covas. Entre outras medidas, a proposta previa a cobrança de inativos e o aumento do desconto dos ativos. Na época, a mobilização massiva dos servidores, que protagonizaram passeatas e atos com dezenas de milhares de pessoas, brecou o ataque.

Entre os pontos nocivos do PLC 30/2005, destaque para o artigo 32, que diz que a constituição do fundo com finalidade previdenciária seria efetuada com base em contribuições previdenciárias mensais dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos respectivos pensionistas, e também em contribuição previdenciária do estado. O PLC não define quais são os índices, remetendo essa função à regulamentação complementar.

É bom nos prepararmos! Vem mais luta por aí!

A reestruturação do Ceeteps em debate



O Sinteps promoveu seguidas atividades para combater o desvínculo, como esse debate, em 1997, na FATEC/SP

um parecer sobre como proceder para efetivar a desvinculação do Ceeteps da Unesp (ofício nº 241/96 – GDS).

Em 1997, já orientado sobre a melhor estratégia para concretizar a desvinculação, o governo criou a comissão tripartite (Ceeteps, Secretaria de Ciência e Tecnologia/SCTDE e Unesp) para "discutir o vínculo". A professora Laura Laganá também era membro desta comissão. Não foi surpresa quando a conclusão da comissão foi pelo "rompimento do vínculo do Ceeteps à Unesp".

Em 1998, a proposta de desvínculo se materializou no Projeto de Lei 96/98, que propunha: "Desvincula-se o Ceeteps da Unesp, vincula-se o Ceeteps na SCTDE e revogam-se as disposições em contrário".

A Diretoria do Sinteps conseguiu, no entanto, por meio de uma manobra regimental, obstruir a tramitação do projeto na Assembléia Legislativa em 1998.

Em 2000, o governo voltou a atacar. O então secretário de Ciência e Tecnologia, José Aníbal, reativou o PL 96/98 na Assembléia Legislativa. A comunidade reagiu bravamente e foi à luta em todas as instâncias. Foi o ano da greve dos trabalhadores do Ceeteps, da ocupação do prédio da Administração Central pelos estudantes e por muitas manifestações e atos públicos. Apelamos à consciência dos membros do Conselho Universitário (CO) da Unesp que, após muito debate, entendeu o risco que o Ceeteps corria caso o projeto fosse adiante e reivindicou sua retirada da pauta dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o que ocorreu em agosto daquele ano.

Neste meio tempo, conseguimos também tirar muitas das "armadilhas escondidas" na proposta de carreira dos servidores, que, mesmo aprovada pelos trabalhadores desde 2002, até hoje não saiu das gavetas do Palácio dos Bandeirantes. Já são três os governadores que deixam o pó se acumulando na proposta de carreira dos servidores e, mais recentemente (2006), sobre a carreira docente.

O momento atual

A investida do governo, agora, é a nova proposta de reestruturação do Ceeteps, que consiste, basicamente, em editar um decreto alterando o Regimento do Centro.

Mas, então, por que o governador Serra, que já editou uma série de decretos, a maioria deles polêmicos e desastrosos para a educação pública do Estado, ainda não editou este "simples" decreto que altera o Regimento do Ceeteps?

O problema é que um "simples" decreto não dará conta da situação. Para entender o motivo, veja o que diz o artigo 1º do regimento do Ceeteps, no capítulo intitulado "Da natureza e fins do Ceeteps":

Artigo 1º - *O Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - Ceeteps, criado pelo Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, como entidade autárquica, com sede e foro na capital do Estado, investido de personalidade jurídica, com patrimônio próprio e autonomia administrativa financeira, didática e disciplinar, na forma da legislação de ensino do país, e transformado em Autarquia de Regime Especial associada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" pela Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, reger-se-á pelas normas deste Regimento e as que couberem do Estatuto e do Regimento Geral da Unesp.*

Aí fica claro como o dia o motivo da obsessão das superintendências do Ceeteps (a atual e a anterior) em desvincular o Centro da Unesp. Enquanto a desvinculação não acontecer, eles não podem mudar o regimento e a personalidade jurídica do Ceeteps, passando-lo de "autarquia de regime especial" para, por exemplo, "fundação", como pressupõe o documento editado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico em 2005 e assinado pelo professor João Ciro André, último presidente do Conselho Deliberativo (CD) do Ceeteps, intitulado "Elementos para o Planejamento do Ensino Técnico e Tecnológico do Estado de SP".

Mas, por que eles precisam mudar a personalidade jurídica do Ceeteps?

Como o governador José Serra e seus antecessores não entendem a missão do Ceeteps como educacional, nada mais perfeito, na visão deles, do que tirar do Centro o *status* de autarquia de regime especial e, no caso, associada e vinculada à Unesp.

Rompe-se o vínculo, retira-se a personalidade jurídica de autarquia de regime especial e transforma-se o Ceeteps num organismo qualquer, cuja missão não será educação e, sim, qualificação de mão-de-obra. Por isso, o caráter transitório e "foco subsidiário" do ensino médio... por isso, as FATEC's não estão na Secretaria de Ensino Superior.



Estudantes na luta em defesa do Centro (na foto, manifestação em 1998)

Mas, que diferença faz para os trabalhadores e estudantes das ETE's e FATEC's se o Ceeteps é uma autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp ou se é uma fundação?

Para responder a este questionamento, precisamos falar um pouco sobre a legislação em vigor no país a respeito das fundações.

Enquanto o regime jurídico "autarquia de regime especial" é próprio das autarquias que têm caráter educacional, exclusivamente de direito público, as fundações são, essencialmente, de direito privado. Apesar da possibilidade jurídica de se instituir fundações de direito público, mesmo neste caso elas poderão ser "instituídas pelo poder público, mas gerenciada por ente privado".

As características das fundações

Segundo o documento "Fundação Estatal – Principais Aspectos", da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado em janeiro de 2007 e que contém o entendimento jurídico mais atual sobre o tema, inclusive com manifestações do Supremo Tribunal Federal - STF, "*o poder público poderá instituir fundações estatais com personalidade jurídica de direito privado para desenvolvimento de atividades que não tenham fins lucrativos...em áreas como educação....*"

Continua o documento: "*Apesar de se tratar de entidade de regime privado, a fundação estatal é instrumento de ação do Estado, que pode criá-la, mantê-la ou extinguila, conforme a conveniência e o interesse públicos*".

Veja o que diz o documento sobre estas questões:

Folha de pessoal - *"A fundação estatal não tem assegurado recursos para o seu funcionamento, nos orçamentos fiscal e de seguridade social, como ocorre com os entes de direito público instituídos pelo Estado, inclusive no que tange à folha de pessoal. A fundação estatal arca com o ônus de sua própria folha de pagamento...."*

Receitas - *"As receitas da entidade compõem-se pelas rendas que auferir pela prestação de serviços e pelo desenvolvimento de suas atividades, bem como por doações, conforme dispuser a lei autorizativa de sua criação e o respectivo estatuto".*

Conjuntura

Governo quer limitar direito de greve

O governo Lula anunciou a intenção de "regulamentar" o artigo da Constituição Federal de 1988 que garante o direito de greve no serviço público. Regulamentar, neste caso, significa estabelecer setores que podem ou não parar, percentuais de funcionamento em caso de greve etc.

"Penso que há abusos em greves, não apenas no setor público, mas também em outras categorias, mas cada um de nós paga o preço pelo exagero que cometemos, seja no governo, seja no movimento sindical. O que nós queremos garantir é a liberdade de negociação", disse Lula (*Folha de S. Paulo*, 3/3/2007).

A intenção do governo é clara: impedir que o funcionalismo público se organize e repita as grandes greves que marcaram o primeiro mandato de Lula, particularmente contra a Reforma da Previdência e por reajuste salarial. Esse é um aspecto importante da Reforma Sindical e Trabalhista em discussão.

A alegação de que a regulamentação é uma exigência legal não se sustenta. Muitos outros artigos da Constituição estão por regulamentar, como é o caso do que trata da limitação dos lucros dos bancos. Mas este parece não incomodar o governo.

8 de março foi dia de protesto contra visita do 'presidente do mundo'. Polícia de Serra mostrou as garras

Neste ano, além dos protestos pela passagem do Dia da Mulher, o 8 de março foi marcado por grandes manifestações contra a visita do presidente americano George Bush. Em SP, cerca de 15 mil pessoas seguiram em passeata pela avenida Paulista. A caminhada foi reprimida violentamente pela polícia do governador Serra, ferindo vários manifestantes. A visita do 'presidente do mundo' teve duas funções principais: 1) conhecer e dominar a produção do álcool combustível e 2) retomar e fortalecer a influência dos EUA na América Latina.



Reprodução: Folha de S. Paulo

Demonstrativo de Déficit / Superávit do Exercício de 2006

RECEITAS		DESPESAS	
Renda Tributária		**Administração Geral**	
Contribuição Sindical	= 253.811,61	Departamentos	= 55.759,81
Renda Social		Serviços	= 78.284,52
Mensalidades	= 268.526,98	Edifícios	= 81,46
Renda Patrimonial		Diversas Despesas	= 67.853,84
Renda de Apl. Financ.	= 18,60	**Assistência Social**	
Renda Extraordinária		Conv. Médico	= 8.187,70
Eventuais	= 9.718,98	Conv. Dentário	= 1.701,55
		Assist. Judiciária	= 47.440,73
		Assistência Técnica	
		Desp. com Filiados	= 106.138,59
		Despesas Extraordinárias	
		Desp. Arrec. C. Sind.	= 60.017,32
Total da Receita	**= 532.076,17**	**Total da Despesa**	**= 425.465,52**
		Superávit do Exercício	**= 106.610,65**
Total	**= 532.076,17**		**= 532.076,17**

SINTEPS - Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2006

(Aprovado pelo Conselho Fiscal e apresentado ao CDB em 12/3/2007)

CONTAS DO ATIVO			
Circulante			
Caixa	=	760,93	
Bancos	=	104.404,23	105.165,16
Realizável			
Convênios	=		51.134,90
Permanente			
Móveis, Máq. e Equip.	=	36.049,33	
Linhas Telefônicas	=	4.771,46	40.820,79
Diferido			
Desp de Exerc. Futuros	=		2.272,30
Total do Ativo			***199.393,15***
CONTAS DO PASSIVO			
Circulante			
Salários a Pagar	=	2.970,90	
Encargos Soc. a Recolher	=	17.615,09	
Credores Diversos	=	20.794,05	
Impostos a Recolher	=	14,79	41.394,83
Exigível a Longo Prazo			
Obrigações Trab. e Encargos			37.626,52
Não Exigível			
Patrimônio Líquido			120.371,80
Total do Passivo			***199.393,15***

Demonstrativo da Aplicação da Contribuição Sindical recebida em Dez/2006

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Recebido		Despesas Pagas em Dezembro	
Valor Bruto	= 253.811,61	Faturas Convênio	
		Unimed Central	= 2.015,33
Reduções		Unimed Central	= 19.929,25
Honorários Adv.	= 50.762,32	Unimed Central	= 503,91
Despesas Cab.	= 8.515,77	Unimed Central	= 5.332,47
CPMF	= 739,23	Intermédica	= 20.744,37
		Intermédica	= 1.759,86
		Unimed Sorocaba	= 16.844,55
		Unimed Mococa	= 6.455,12
Líquido Creditado	= 193.794,29	Juros Pgto. Atraso	= 3.988,10
		Total	**76.572,96**
		Despesas Administ.	= 13.506,15
		Total	90.079,11
		Saldo	**103.715,18**
Total	**193.794,29**		**193.794,29**

Notas Explicativas (Balanço e Demonstrações Déficit / Superávit do Exercício de 2006)

RECEITAS
Renda Tributária: Contribuição Sindical dos trabalhadores pertencentes à categoria repassadas ao SINTEPS.
Renda Social: Mensalidades dos filiados associados ao SINTEPS.
Renda Patrimonial: Receita dos rendimentos das contas de poupança.
Renda Extraordinária: Receitas correspondentes a reembolsos de descontos concedidos pelos convênios – Previsul Seguradora.

DESPESAS
Administração Geral: Salários, encargos sociais, assessorias, telefone, condução, alimentação, juros e encargos.
Assistência Social: Convênio médico e odontológico para funcionários da entidade.
Assistência Judiciária: Honorários advocatícios e despesas (custas de processos, condução).
Assistência Técnica: Despesas gerais para atendimento a filiados – Mobilizações e Festas e Solenidades para a categoria.
Despesas Extraordinárias: Decorrentes da arrecadação da contribuição sindical - Honorários e despesas diversas.

ATIVO
Circulante:
Caixa e bancos – Valores existente em caixa e nas contas bancárias em 31/12/2006.
Realizável: Valores a receber referentes aos convênios médicos e farmacêuticos.
Permanente: Valores históricos dos bens (máquinas, móveis e equipamentos) e linhas telefônicas em 31/12/2006.
Diferido: Valor correspondente a despesas com jurose encargos de empréstimo concedido pela Nossa Caixa.

PASSIVO
Circulante:
Contas a pagar (Salários, Encargos sociais, Credores diversos e Impostos).
Exigível a Longo prazo: Obrigações Sociais e Trabalhistas de exercícios anteriores a serem pagas.